



# CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

## PODER LEGISLATIVO

**14<sup>a</sup> LEGISLATURA - 56<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA**

**ATA DA TRIGÉSSIMA SESSÃO ORDINÁRIA**

**PRIMEIRO PERÍODO LEGISLATIVO**

**REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2025.**

Às nove horas do dia vinte e sete de maio de dois mil e vinte e cinco, terça-feira, realizou-se a Trigésima Sessão Ordinária da Quinquagésima Sexta Sessão Legislativa da Décima Quarta Legislatura da Câmara Municipal de Porto Velho, no Plenário Bohemundo Álvares Afonso, em sua sede própria, na Rua Belém, nº. 139, Embratel, nesta Capital, Estado de Rondônia, presidida pelo Vereador **Francisco Gedeão Bessa Holanda de Negreiros**, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); e secretariada pelo Vereador **Marcos Combate**, do Partido (AGIR); Presentes, ainda, os vereadores **Adaldo Donato de Oliveira, Fernando Celestino da Silva, Márcio Pacele Vieira da Silva, Militino Feder Júnior**, do Partido Republicanos, **Ellis Regina Batista Leal Oliveira, José Iracy Mácaro Barros**, do Partido União, **Nilton de Souza Melo, Thiago dos Santos Tezzari**, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), **Bruno Luciano do Couto Araújo, Gilber Rocha Mercês, Sofia Andrade de Aguiar Gomes**, do Partido Liberal (PL), **Jeovane de Jesus Rocha** do Partido (AGIR), **Breno Mendes da Silva Farias, José Uilson Guimarães de Souza**, do Partido (AVANTE), **Adriano da Silva Gomes, Evanildo Ferreira da Silva**, do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), **Pedro Geovar Ribeiro Júnior**, do Partido Progressistas (PP) e **Devonildo de Jesus Santana**, do Partido Renovação Democrática (PRD). Justificada as ausências dos vereadores: **Edimilson Dourado Gomes, Everaldo Alves Fogaça, Wanel Chaves Martins**. Após saudar os presentes, o Presidente, Vereador **Francisco Gedeão Bessa Holanda de Negreiros**, invocou a proteção de Deus, e declarou aberta a Trigésima Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo da Quinquagésima Sexta Sessão Legislativa da Décima Quarta Legislatura. Posteriormente, convidou a todos para acompanharem, de pé, a execução do **Hino do Município de Porto Velho**. O Presidente convidou o Secretário Marcos Combate a proceder a leitura da Ordem do dia. **EXPEDIENTE. I – Aprovação da Ata da Sessão anterior:** Dispensada a leitura da Ata Sessão anterior, que foi dada como lida e aprovada sem alterações. Não havendo quem quisesse discuti-la, a ata foi aprovada; **II – Leitura de matérias oriundas do Poder Executivo Municipal:** (Não houve); **III - Apresentação das proposições dos Vereadores:** (Não houve); **Palavra vaga aos Vereadores inscritos:** Para fazer uso da palavra o **Vereador Dr. Santana**; O vereador, durante seu pronunciamento, fez um apelo aos colegas parlamentares para que votem pela derrubada do veto do executivo ao projeto de lei conhecido como "Estacionamento Justo", aprovado anteriormente por unanimidade na Câmara Municipal de Porto Velho, com 19 votos favoráveis. Ele relembrou que esse projeto surgiu com o objetivo de garantir isonomia no uso do estacionamento do Porto Velho Shopping, destacando que alguns estabelecimentos, como academias e igrejas, já oferecem isenção ou tolerância de até duas horas, enquanto cidadãos que buscam serviços públicos no local, como emissão de RG, atendimento na Defensoria Pública e vacinação, acabam sendo obrigados a pagar valores elevados, o que considera injusto. O vereador ressaltou que o projeto foi construído de forma coletiva, com participação de servidores da Procuradoria Geral do Município (PGM), membros do Judiciário e do próprio executivo, incluindo o prefeito Léo Moraes, que inicialmente teria demonstrado interesse e participado das discussões. Dr. Santana questionou a mudança de postura do executivo, que vetou o projeto, e sugeriu que isso pode estar relacionado a uma retaliação por ele ter votado contra projetos que aumentavam cargos comissionados. Também denunciou que o shopping teria

ingressado com uma petição contra o projeto diretamente junto ao executivo, o que considera estranho e preocupante. Ele ainda destacou que, após o voto, mais de 10 empresas pediram rescisão de contrato e saíram do shopping, prejudicando o comércio local, que contava com a aprovação da lei para atrair mais clientes. O vereador reforçou que o projeto busca apenas garantir tratamento igualitário, como já ocorre em outros estados, citando Manaus como exemplo. Por fim, Dr. Santana apelou para que seus colegas mantenham o compromisso assumido com a população, derrubem o voto e façam valer o direito dos cidadãos, reafirmando que a Câmara deve continuar sendo uma casa que trabalha pelo povo de Porto Velho. Para fazer uso da palavra a **Vereadora Sofia Andrade**; A vereadora iniciou sua fala cumprimentando a mesa diretora, os colegas vereadores, os presentes e desejando melhorias ao jornalista Carlos Caldeira, que se recupera de problemas de saúde. Ela destacou seu posicionamento firme em defesa da iniciativa privada, relembrando que esse sempre foi um compromisso assumido em campanha. Sofia alertou que é preciso ter responsabilidade ao votar projetos que possam prejudicar os empreendedores locais, ressaltando as dificuldades enfrentadas por quem empreende no Brasil, como alta carga tributária e um governo que, segundo ela, muitas vezes sufoca quem gera empregos. A vereadora argumentou que a criação de leis que interferem diretamente em nichos específicos do comércio pode abrir precedentes perigosos e resultar na judicialização, gerando gasto de recursos públicos e frustração na população, caso sejam posteriormente consideradas inconstitucionais. Por isso, pediu cautela e responsabilidade aos colegas, para que evitem criar normas que podem ser derrubadas na Justiça. Sofia também manifestou apoio ao projeto de lei do vereador Marcos Combate, que exige debate prévio com a sociedade antes da mudança de sentido de ruas no município. Ela lembrou que gestões passadas tomaram decisões desse tipo sem diálogo, prejudicando diversos comerciantes locais. Encerrou sua fala destacando que o prefeito Léo Moraes já tem revertido parte dessas medidas e que esse projeto é uma oportunidade de corrigir injustiças e fortalecer a participação popular nas decisões. Para fazer uso da palavra o **Vereador Dr. Breno Mendes**; O vereador iniciou sua fala cumprimentando a mesa diretora, destacando a presença do colega Adriano, que retorna após problemas de saúde, e agradecendo ao senhor João por sua contribuição em sua trajetória política. Ele destacou que o debate na Câmara é fundamental, mas que deve seguir os ritos e procedimentos previstos no regimento interno. Explicou que a votação de um projeto passa por fases e que o voto na primeira votação não obriga a manter a mesma posição na segunda, pois o diálogo e o convencimento fazem parte do processo legislativo. Breno citou como exemplo o projeto de reversão do sentido das ruas, apresentado pelos vereadores Marcos Combate e Dr. Macário. Inicialmente, o projeto não tinha apoio suficiente, mas, após diálogos e ajustes, foi possível conquistar o consenso dos parlamentares. Ele elogiou a postura do vereador Marcos Combate, que, apesar de ser oposição, demonstrou humildade e disposição para o diálogo. O vereador também relembrou as mudanças no trânsito feitas de forma irresponsável pela gestão anterior, sem consulta pública, o que gerou confusão e prejuízos para a população. Destacou ainda a questão dos radares implantados sem sinalização adequada e sem campanhas educativas, o que resultou em 114 mil multas em menos de um mês, principalmente para motoristas de aplicativo, taxistas e mototaxistas. Ressaltou que, graças à intervenção do atual prefeito Léo Moraes, essas multas foram anuladas e as sinalizações foram corrigidas, além de ajustes nos limites de velocidade. Breno mencionou que reivindicações como a reversão de ruas, feitas por moradores e pelo vereador Dr. Macário, estão sendo atendidas pela atual gestão, mostrando que o diálogo traz resultados práticos para a população. Em relação ao voto do Projeto de Lei Complementar 1358/2025, Breno afirmou que desde o início alertou sobre sua ilegalidade e inconstitucionalidade, embora tenha votado a favor na primeira votação por entender que, naquele momento, havia sido construído com boa fé. Contudo, reforçou que sua boa fé tem limites e que não aceitará que seu mandato seja usado para práticas contrárias à legalidade. Por fim, destacou que decisões sobre vetos ou projetos são feitas por meio de votos e que é preciso respeitar quem tem maioria, sem tratar qualquer parlamentar seja de oposição, base ou independente de forma desrespeitosa. Concluiu reafirmando seu compromisso com o respeito, o diálogo e a legalidade. Para fazer uso da palavra o **Vereador Fernando Silva**; O vereador iniciou sua fala cumprimentando a mesa diretora, os colegas parlamentares e os presentes. Ele destacou a importância de reconhecer quando as cobranças feitas pelos vereadores surtem efeito, parabenizando o coronel Marcos Rocha pelo pagamento dos dessos atrasados dos policiais militares, após diversas reivindicações. Segundo ele, assim como é papel do parlamentar cobrar, também é necessário reconhecer quando as ações são cumpridas. Fernando também se posicionou de forma firme contra qualquer tipo de articulação ou manobra relacionada à quebra de decoro parlamentar, deixando claro que não concorda com perseguições ou retaliações entre vereadores.

O vereador anunciou ainda que apresentou um projeto para prestar homenagem póstuma ao coronel Ferro, propondo a mudança do nome da rua Alameda Roquete Pinto para Rua Coronel Ferro, em reconhecimento ao trabalho e à memória do colega de farda. Pediu o apoio dos demais parlamentares para aprovar a homenagem. Em relação ao projeto do vereador Dr. Santana, Fernando declarou que manterá sua coerência e não mudará seu posicionamento. Afirmou que, mesmo sendo da base do prefeito, não pode ir contra os 3.634 eleitores que confiaram nele. Defendeu o projeto, que busca garantir isonomia na cobrança de estacionamentos, citando como exemplo que academias e igrejas não deveriam pagar valores diferentes por estacionar, e que o valor cobrado deve ser igual para todos os usuários, sem distinção. Por fim, reforçou que o projeto não é contra o comércio nem contra os shoppings, mas sim uma busca por justiça no tratamento dos cidadãos. Agradeceu a todos e encerrou sua fala. Para fazer uso da palavra o **Vereador Marcos Combate**; O vereador iniciou sua fala cumprimentando o presidente da Câmara, Gedeão Negreiros, os colegas parlamentares e a população presente. Ele reafirmou que cada vereador tem autonomia sobre seu voto e destacou que, apesar das divergências, mantém respeito e amizade com os colegas, como o vereador Breno Mendes. Defendeu que a democracia se sustenta no debate, na independência e na liberdade de cada parlamentar tomar suas decisões. Marcos Combate explicou que apresentou um projeto de lei em defesa da população de Porto Velho, visando impedir mudanças no trânsito sem consulta pública. Segundo ele, muitos moradores foram prejudicados com alterações repentinhas no sentido de ruas, que impactaram diretamente a rotina de famílias, comerciantes e trabalhadores, sem qualquer diálogo ou aviso prévio. O vereador defendeu que mudanças no trânsito devem ser precedidas de consulta à comunidade afetada, citando como exemplo práticas adotadas em cidades dos Estados Unidos e decisões judiciais no Brasil que priorizaram a participação popular em questões urbanas. Ele ressaltou que seu projeto não tem interesse pessoal, mas coletivo, buscando proteger tanto os moradores quanto os comerciantes, que dependem de facilidade de acesso para manter seus negócios. Por fim, pediu o apoio dos colegas para aprovação do projeto, reforçando que a construção de soluções conjuntas, com reflexão e diálogo, é fundamental para atender os interesses da população. Para fazer uso da palavra o **Vereador Nilton Souza**; O vereador utilizou sua fala para parabenizar o colega pela iniciativa e destacou que é natural, no calor dos debates, que os vereadores elevem o tom de voz, como já ocorreu com vários parlamentares, incluindo ele próprio. Reforçou que o parlamento é um espaço democrático, onde divergências de ideias são normais e necessárias, mas que é fundamental manter o respeito e a harmonia entre os colegas, já que todos dependem uns dos outros para aprovar projetos de interesse da população. Nilton ressaltou a importância de uma convivência saudável durante os quatro anos de mandato e reafirmou um convite feito anteriormente para promover um momento de diálogo e reconciliação entre os colegas, oferecendo-se, inclusive, para pagar um almoço como gesto de conciliação. Brincou, pedindo que os pastores da Casa intensifiquem as orações e os jejuns pela paz e união entre os vereadores. Por fim, demonstrou alívio ao comentar que, como presidente da Comissão de Ética, se livrou de ter que analisar uma possível representação por quebra de decoro parlamentar, algo que, segundo ele, deve ser sempre evitado ao máximo. Para fazer uso da palavra o **Vereador Thiago Tezzari**; O vereador utilizou sua fala para fazer um apelo à empresa Madecom Engenharia e Participações Ltda., na pessoa do senhor Glauco Omar, para que cumpra o que está previsto no contrato nº 026/2020 da PGM, firmado com a Prefeitura de Porto Velho. O contrato inclui, entre outras obras, o asfaltamento de vias no bairro Lagoa, especialmente na rua Piramutaba, em frente ao número 3364. O vereador destacou que, pouco tempo após a conclusão da obra, o asfalto se deteriorou completamente, transformando-se em lama e tornando o local praticamente intransitável, causando sérios transtornos aos moradores. Ele relatou que, juntamente com o secretário adjunto da Semob, Thiago Catenhede, realizou uma vistoria no local e, a partir dessa ação, a Semob emitiu uma notificação oficial (ofício externo nº 32/2025), exigindo que a empresa cumpra os termos da garantia prevista no contrato. Por fim, Thiago Tezzari reforçou seu pedido, de forma respeitosa e cordial, para que a Madecom tome as devidas providências e execute os reparos necessários, em respeito ao contrato e à população do bairro Lagoa. **PROLONGAMENTO DO EXPEDIENTE. I – Leitura de Correspondência**; (Não houve). **II – Leitura de Projetos e Moções**; (Não Houve); **III – Leitura, discussão e votação única de Requerimento**; (Não houve). **IV- Leitura de informações Oficiais**. (Não houve). **INTERVALO REGIMENTAL**. O Presidente consultou os vereadores sobre a necessidade de Intervalo Regimental, na forma do art. 74 do Regimento Interno, havendo necessidade, os vereadores se reuniram por 10 minutos, após o intervalo, passou imediatamente, à **ORDEM DO DIA**, na qual foram deliberadas as seguintes proposições: **I- Veto**

**nº 377 de 2025**, de autoria do Executivo Municipal, VETAR INTEGRALMENTE POR INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL, o Projeto de Lei Complementar nº 1.358/2025 que "acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 97, de 29 de dezembro de 1999". Em votação; Veto acatado por dezesseis votos favoráveis, três votos desfavoráveis e quatro ausências de plenário. **II- Projeto de Lei nº 4750 de 2025**, de autoria do Vereador Marcos Combate, que "Dispõe sobre a necessidade de comunicação prévia à população local sobre alterações realizadas pela Secretaria Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transporte (SEMTRAN) no trânsito e mudanças de sentido de vias na cidade de Porto Velho, e dá outras providências." Em votação, Projeto de Lei aprovado em segunda votação por dezenove votos favoráveis e quatro ausências de plenário. **III- Moção nº 32 de 2025**, de autoria do Vereador Dr. Santana, "Moção De Aplauso" aos empregados da Caixa Econômica Federal, dos departamentos Centralizado do Trabalho Técnico social e Habitação e aos Servidores da SEMUR pela entrega do Residencial Porto Fino. Em votação, Moção aprovada por dezessete votos favoráveis e seis ausências de plenário. **IV- Moção nº 34 de 2025**, de autoria do Vereador Dr. Júnior Queiroz, "Moção De Aplauso" ao Projeto de Lei nº 1.365, de 2022, em tramitação no Senado Federal, e ao Projeto de Lei nº 765, de 2015, em análise na Câmara dos Deputados, os quais tratam da majoração do piso salarial nacional dos profissionais médicos e cirurgiões-dentistas". Em votação, Moção aprovada por dezessete votos favoráveis e seis ausências de plenário. Na sequência o Presidente passou os trabalhos para o **PEQUENO EXPEDIENTE**. (Não houve orador inscrito). Posteriormente começou o **GRANDE EXPEDIENTE**. Palavra Vaga aos Vereadores inscritos; (Não houve orador inscrito) **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** (Não houve orador inscrito). Nada mais havendo a tratar, o Presidente Vereador **Gedeão Negreiros** invocou a proteção de Deus, agradeceu aos presentes, e encerrou a **Trigésima Sessão Ordinária** do Primeiro Período Legislativo ao meio dia. O inteiro teor da Sessão foi gravado, e os arquivos de áudios e vídeos correspondentes, farão parte deste documento. E, para constar, eu, Vereador Marcos Combate, Primeiro- Secretário, lavrei a presente ata, que, aprovada, será assinada pelo Presidente.



Assinado por **Francisco Gedeão Bessa Holanda De Negreiros** -- Em: 11/06/2025, 10:47:35